

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

PATRÍCIA SANTOS LORENTZ

**“EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE”: UMA PROPOSTA PARA O
PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DE UMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2012

PATRÍCIA SANTOS LORENTZ

“EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE”: UMA PROPOSTA PARA O
PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DE UMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof^a Ms. Maria José Batista Pinto

Belo Horizonte

2012

PATRÍCIA SANTOS LORENTZ

“EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE”: UMA PROPOSTA PARA O
PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DE UMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof^a Ms. Maria José Batista Pinto

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Maria José Batista Pinto - Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Faculdade de Educação da UFMG

PATRÍCIA SANTOS LORENTZ

Dedico este trabalho a minha
Preciosa, ao meu Bidu e as crianças.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Professora Maria José pela orientação fundamental e pela aprendizagem proporcionada ao longo desse processo.

Agradecer também aos excelentes professores que com muita dedicação e enorme conhecimento puderam nos fazer enxergar novas possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa.

Um agradecimento especial à equipe do Laseb por todo o empenho no decorrer desse tempo em que estivemos na FaE.

"O que me preocupa não é o grito dos maus.
É o silêncio dos bons"

Martin Luther King

RESUMO

Este trabalho busca mostrar propostas de implementação da Lei 10. 639 de 2003 e suas diretrizes em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte. A partir da análise e reflexão da minha própria prática pedagógica, relacionando-a e problematizando-a com as referências conceituais e conhecimentos adquiridos ao longo do curso de especialização, construí o Projeto de Ação Pedagógica: “EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE”: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.” Esse projeto teve como objetivo apresentar as referências normativas sobre a educação para a questão das relações étnico-raciais (Lei 10.639/03 e DCN’s) com o intuito de implementá-las nas práticas educativas da Escola Integrada. Ele foi desenvolvido ao longo do mês de outubro e novembro de 2011, por meio de questionários com professores e monitores, uma oficina com todos os monitores no dia 26 de outubro e encontros individuais semanais com cada monitor para planejamento das oficinas. Os resultados alcançados foram: Conseguimos incluir na prática cotidiana das oficinas ações voltada para a educação das relações étnico-raciais dentro da escola e entendemos que isso pode ser feito em outras escolas, desde que seja proporcionada a formação dos profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Escola Integrada; Relações étnico-raciais; formação de professores

ABSTRACT

This paper seeks to show proposals for implementation of Law 10.639 of 2003 and its guidelines for the municipal schools of Belo Horizonte. From the analysis and reflection of my own teaching practice, linking it and questioning it with the conceptual frameworks and knowledge acquired during the course of specialization, built the Pedagogical Action Project: "EDUCATING FOR DIVERSITY": A PROPOSAL FOR INTEGRATED SCHOOL PROGRAM IN PUBLIC SCHOOLS IN BELO HORIZONTE. "This project aimed to provide normative references about education on the issue of ethno-racial (Law10.639/03 and DCN's) in order to implement them in educational practices for Integrated School. It was developed during the months of October and November of 2011, using questionnaires with teachers and monitors, a workshop with all monitors on the 26th of October and weekly individual meetings with each monitor for planning the workshops. The results were: We include in the daily practice of action workshops for the education of ethnic-racial relations within the school and understand that this can be done in other schools, just as there is for this training of the professionals involved.

Keywords: Integrated School; ethnic-racial relations, teacher training

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A Escola Municipal Brasil e a organização pedagógica do Programa Escola Integrada	10
2.1	A organização pedagógica do Programa Escola Integrada no âmbito da Escola Municipal Brasil	11
2.2	Os monitores da Escola Integrada e a Lei 10.639/03	16
3	JUSTIFICATIVA	18
4	Objetivos	18
4.1	Objetivo geral	18
4.2	Objetivos específicos	19
5	OS REFERENCIAIS DA AÇÃO PEDAGÓGICA	19
5.1	As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação de professores para educação das relações étnico-raciais	19
5.1.1	Proposta de ação nas dimensões políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de Ações Afirmativas	20
5.1.2	Aspectos da Educação para as relações étnico-raciais	22
5.1.3	Princípios que conduzem as ações para a educação das relações étnico-raciais	23
5.1.4	Formação de professores para a educação das relações étnico-racias	25
6	METODOLOGIA.....	27
7	O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA.....	28
8	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	31
9	AVALIAÇÃO	32
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
11	REFERÊNCIAS	34
	ANEXO A	
	ANEXO B	
	ANEXO C	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho sistematiza uma ação pedagógica desenvolvida com os monitores do programa Escola Integrada na Escola Municipal Brasil¹ introduzindo a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, o Parecer CNE/CP N.º 3, de 10 de março de 2004 e a resolução CNE/CP N.º 1, de 17 de junho de 2004.

Esta ação consistiu em ministrar uma oficina de formação intitulada “Educando para a diversidade”, com o objetivo de promover junto aos monitores (universitários bolsistas e agentes culturais) da Escola Integrada da Escola Municipal Brasil o conhecimento da Lei e suas diretrizes e buscar propostas de implementação da lei nas oficinas da Escola Integrada.

Atualmente, atuo coordenando o programa Escola Integrada da Escola Municipal Brasil. Estou neste cargo desde a implantação do programa nesta escola, que se deu em abril de 2011.

O plano de ação teve início com a oficina ministrada aos monitores da Escola Integrada, que levou a reuniões individuais para elaborar as propostas de trabalho da educação das relações étnico-raciais e culminou em ações efetivas na busca da superação do racismo dentro e fora da escola.

A oficina de formação foi desenvolvida na própria escola tendo como público alvo três universitários bolsistas e quatro agentes culturais que ministram oficinas na Escola Integrada da Escola Municipal Brasil, e desencadeou em ações com os alunos numa perspectiva de educação para igualdade.

Nesse sentido, buscamos aqui sistematizar essa experiência e as reflexões que ela nos permitiu em relação as possibilidades e limites de implementar ações educativas para a diversidade.

2 A Escola Municipal Brasil e a organização pedagógica do Programa Escola Integrada

A Escola Municipal Brasil foi inaugurada em 2 de agosto de 1953 pelo então prefeito Américo Renné Giannetti, e recebeu o nome de Grupo Escolar

¹ Trata-se de nome fictício para preservar a identidade da escola.

Brasil. Esse fato foi manchete em vários jornais da época, já que representou uma iniciativa da prefeitura em favor da causa do ensino.

A escola está localizada na região Centro-Sul de Belo Horizonte.

Atualmente, a escola possui um total de 434 alunos, que são atendidos em 2 turnos, correspondentes aos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental.

O programa Escola Integrada da EMB teve início no dia 12 de abril de 2011 e tem a perspectiva de criar uma nova cultura do educar, que tem na escola seu ponto catalisador, mas que precisa sair dela para explorar e desenvolver os potenciais educativos da comunidade em que está inserida.

Este programa é um projeto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e está implantado atualmente em mais de 140 escolas da rede pública municipal. O Programa atende mais de 33.000 crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, de 6 a 14 anos.

Esse projeto consiste na ampliação da jornada escolar do aluno de 4 horas e meia para nove horas diárias, sendo quatro horas e meia com os docentes, no horário regular: 7h15 às 11h45 para o 1º turno, e 13h às 17h30 para o 2º turno, e o restante, ou seja, o contra turno, os alunos têm oficinas oferecidas por universitários bolsistas e agentes culturais da comunidade.

Na Escola Integrada da Escola Municipal Brasil são atendidos 200 alunos, sendo 110 alunos de 1º ciclo no turno da manhã e 90 alunos de 2º ciclo no turno da tarde.

Para atender esses alunos é mobilizada uma equipe composta por universitários bolsistas e agentes culturais da comunidade que trabalham de 4 a 8 horas diárias, de acordo com a sua função ou necessidade da escola. O professor comunitário, que é a função que atuo, trabalha de segunda a sexta-feira das 8 às 16h.

2.1 A organização pedagógica do Programa Escola Integrada no âmbito da Escola Municipal Brasil

A escola organiza o programa de acordo com a orientação da Prefeitura de Belo Horizonte, mas a escolhas das oficinas é feita pela própria escola, pois ela é feita de acordo com as necessidades da comunidade e também da disponibilidade de espaços para a realização das mesmas.

As oficinas de nossa escola acontecem em um Parque Municipal próximo à nossa escola, e no Projeto Convivendo² também próximo a escola, exigindo assim, que as crianças e adolescentes se desloquem para esses lugares. Esses tempos de mobilidade, assim como os de alimentação e atividades de relaxamento, ganham contornos de aprendizagem, são momentos de formação.

No Parque Municipal desenvolvemos as seguintes oficinas:

- Acompanhamento Pedagógico: Acompanhamento do dever de casa e reforço escolar incluindo jogos por meio de uma dinâmica diferenciada para melhor assimilação dos conteúdos abordados, envolvendo música, brincadeiras dinâmicas de jogos e outras atividades recreativas e pedagógicas.
- Educação Ambiental: Despertar a consciência ecológica e a compreensão sobre o meio ambiente via visitação a parques e “caminhadas” em trilhas interpretativas. Em cada semana são enfocados temas diferentes, como “As plantas”, “A Água”, “Os Insetos”, “Lixo e Meio Ambiente”, “Ecologia”, “Interações”.
- Jogos e Recreação: Estudo teórico-prático de jogos e brincadeiras, possibilitando a (re)construção de regras, diferentes modos de lidar com tempo e o espaço, em modalidades como: xadrez, dama, basquete, dança, bambolê, jogos de carta, etc. Trabalhando a postura, a flexibilidade, o equilíbrio, o condicionamento físico, o ritmo e o tônus muscular e também a imaginação e a percepção de si e do outro.
- Capoeira e Maculelê: O objetivo do ensino da capoeira e do maculelê no âmbito escolar é feito como instrumento de socialização e cidadania, cultura corporal, instrumental e histórica, além de resgatar a identidade social e cultura afro-brasileira. É uma oficina que atende diretamente a Lei 10.639.
- Informática: O objetivo de aliar informática à educação é preparar os alunos para interagir num mundo informatizado oferecendo, no contexto educacional, experiências de aprendizagem por meio da

² Trata-se de nome fictício para preservar a identidade do projeto.

informática, em que utilizemos as potencialidades tecnológicas para torná-las importante recurso pedagógico; não simplesmente aprender informática, mas sim, com a informática, visando ao desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e psicomotor do aluno. Essa oficina é desenvolvida no laboratório de Informática que fica na própria escola.

- Dança contemporânea: O principal objetivo da oficina de dança é motivar os estudantes a apreciarem a dança, pautando-se em três ações: ver, criar e executar. Visamos também proporcionar aos alunos passeios a espetáculos de música e dança a fim de reconhecerem a importância da arte como resgate cultural.
- Música: Atendendo a Lei 11.769 de 2008 que obriga o ensino de música na educação básica, a oficina de música não visa formar músicos, e sim, despertar o gosto dos alunos pela música. A música contribui para a formação integral do indivíduo, reverencia os valores culturais, difunde o senso estético, promove a sociabilidade e a expressividade, introduz o sentido de parceria e cooperação, e auxilia o desenvolvimento motor, pois trabalha com a sincronia de movimentos.

No Projeto Convivendo são desenvolvidas oficinas de Reciclagem, Educação Física e Judô.

O programa Escola Integrada na nossa escola busca contemplar os aspectos do projeto instituído pela prefeitura articulando com as diversas secretarias municipais, e outros órgãos. Como já mencionado acima, temos parceria com o Projeto Convivendo e com o Parque Municipal. Recebemos estudantes universitários da faculdade Isabela Hendrix, dentre outras.

A nossa intenção é contribuir com a formação integral de crianças e adolescentes que nela estudam e nesse sentido temos uma organização do tempo e espaço cotidiano da seguinte forma:

ALUNOS INTEGRADA: MANHÃ E REGULAR: TARDE

HORÁRIO	ATIVIDADE	NÚMERO DE ALUNOS	LOCAL
08h	Chegada dos alunos, fila por turma e chamada	100 alunos	Pátio de baixo
08h15	Café da Manhã	100 alunos	Cantina
08h35	Deslocamento para o Parque	75 alunos	Parque
	Deslocamento para Sala de Informática	25 alunos	Sala de Informática
8h45 às 10h10	Início da 1a Oficina	100 alunos	
10h10 às 10h30	Deslocamento entre oficinas	100 alunos	
10h30 às 11h40	Início da 2a Oficina	100 alunos	
11h40 às 11h55	Deslocamento das crianças do parque para a escola	75 alunos	
11h55	Fila e mochilas em fileira para almoço	100 alunos	Pátio
12h00 às 12h20	Almoço	100 alunos	Cantina
12h20 às 13h	Descanso P.S: Nesse momento o monitor deixa um por um escovar os dentes e ir ao banheiro	100 alunos (25 alunos em cada sala)	Sala de aula
13h	Alunos fazem a fila para iniciar aula	100 alunos	Pátio
13h às 17h15	AULA NORMAL		

ALUNOS INTEGRADA: TARDE E REGULAR: MANHÃ

HORÁRIO	ATIVIDADE	NÚMERO DE ALUNOS	LOCAL
7h15 às 11h30	AULA NORMAL		
9h15	CAFÉ DA MANHÃ	+ - 100 ALUNOS	
11h30 às 11h50	Almoço - ALUNOS QUE VÃO EMBORA	115 alunos	Cantina
11h40 às 12h	Almoço - ALUNOS INTEGRADA	100 alunos	Cantina
12h às 12h30	Relaxamento e Brinquedos Pedagógicos	100 alunos	Pátio
12h30 às 12h40	Deslocamento	75 alunos	
12h40 às 14h10	1a Oficina	100 alunos	
14h10 às 15h40	2a Oficina	100 alunos	
15h	Prato único – Alunos tarde	+ -150 alunos	Cantina
15h30	Prato único – Alunos Integrada	100 alunos	Cantina
16h	Saída	100 alunos	

E as oficinas:

TURMAS MANHÃ

TURMAS		2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1 GIRASSOL	08:30 às 10:15	C ACOMPANHAMENT O PEDAGÓGICO	A CAPOEIRA	B JOGOS E RECREAÇÃO	D ECOLOGIA	C ACOMPANHAME NTO PEDAGÓGICO
	10:15 às 12:00	INFO	B JOGOS E RECREAÇÃO	INFO	A CAPOEIRA	D ECOLOGIA
2 MARGARIDA	08:30 às 10:15	INFO	B JOGOS E RECREAÇÃO	INFO	A CAPOEIRA	D ECOLOGIA
	10:15 às 12:00	C ACOMPANHAMENT O PEDAGÓGICO	A CAPOEIRA	B JOGOS E RECREAÇÃO	D ECOLOGIA	C ACOMPANHAME NTO PEDAGÓGICO
3 LÍRIO	08:30 às 10:15	B JOGOS E RECREAÇÃO	INFO	D ECOLOGIA	C ACOMPANHAMENT O PEDAGÓGICO	A CAPOEIRA
	10:15 às 12:00	D ECOLOGIA	C ACOMPANHAMENT O PEDAGÓGICO	A CAPOEIRA	INFO	B JOGOS E RECREAÇÃO
4 BROMÉLIA	08:30 às 10:15	D ECOLOGIA	C ACOMPANHAMENT O PEDAGÓGICO	A CAPOEIRA	INFO	B JOGOS E RECREAÇÃO
	10:15 às 12:00	B JOGOS E RECREAÇÃO	INFO	D ECOLOGIA	C ACOMPANHAMENT O PEDAGÓGICO	A CAPOEIRA
PLANEJAM ENTO		A (Douglas)	D (Rafael)	C (Vanessa)	B (Jeferson Alexandre)	INFO (Jeferson)

TURMAS TARDE

TURMAS		2a	3ª	4ª	5a	6a
5 ORQUÍDEA	12:30 às 14:00	INFO	INFO	A ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	B CAPOEIRA	A ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO
	14:00 às 15h30	A ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	INFO	INFO	B CAPOEIRA	B CAPOEIRA
6 TULIPA	12:30 às 14:00	A ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	CONVIVER	INFO	CONVIVER	B CAPOEIRA
	14:00 às 15h30	INFO	CONVIVER	A ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	CONVIVER	A ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO
PLANEJAMENTO		-	-	-	A	INFO

2.2 Os monitores da Escola Integrada e a Lei 10.639/03

A escola possui 25 professoras nos dois turnos, duas coordenadoras pedagógicas, diretora e vice-diretora. O programa Escola Integrada possuía até o ano 2011 6 monitores, sendo 3 mulheres e 3 homens.

Foi realizada uma coleta de dados na forma de questionário para professores (anexo A) e questionário para monitores (anexo B) com o objetivo de saber se eles conheciam a Lei 10.639 e se alguém já havia atuado na proposta de educar para as relações étnico-raciais. Foram entregues 15 questionários aos professores e apenas dois foram respondidos, um pela diretora do estabelecimento e o outro por uma professora que já fez o curso de Educação e Relações Étnico-Raciais do Laseb³.

Foram entregues 6 questionários aos monitores e 5 foram respondidos. Nesse sentido, daremos ênfases as respostas dos monitores, já que o número de questionários respondidos pelos professores não é suficiente para me fazer

³ Laseb – Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais.

chegar a uma consideração mais consistente da perspectiva do grupo de docentes da escola.

Dos monitores que responderam ao questionário, 3 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino e 4 deles atuam no programa de nossa escola desde a sua implantação em abril de 2011, somente uma monitora entrou no programa a partir de agosto.

Em relação ao pertencimento étnico a maioria do grupo de monitores se identificam como negros, pois apenas um declarou-se como brancos, os demais são pretos ou pardos.

Em relação ao nível de escolaridade, os bolsistas das universidades possuem Ensino Superior incompleto, 1 agente cultural possui Ensino Médio completo, e 2 agentes culturais da comunidade possuem Ensino Médio incompleto. Não há então, nenhum agente cultural da comunidade que faz faculdade em nossa escola.

No que tange ao conhecimento da Lei 10.639, 3 declararam que já conheciam a lei. Um conhecia a lei porque trabalhou nessa proposta em sua igreja, outro pesquisou a lei depois que eu falei que daria o curso e um já havia tido conhecimento sobre a lei por meio da mídia. Outros 2 monitores declararam que desconheciam a lei.

Todos os 5 monitores nunca tiveram nenhum tipo de formação para a questão étnico-racial e apenas 1 dos monitores já havia trabalhado na perspectiva da educação étnico-racial com os jovens da igreja que frequentava, onde foi trabalhado um projeto sobre a Consciência Negra.

Todos acharam que é importante que a escola trate das relações étnico-raciais a fim de superar o racismo e viram nessa oficina uma oportunidade de começar esse trabalho concretamente em nossa escola.

3 JUSTIFICATIVA

Esse plano de ação se justifica por três questões básicas.

A primeira questão diz respeito à demanda na minha formação pessoal. Como educadora devo sempre buscar a formação contínua e esse é um dos temas dos quais nutro maior interesse. Esse meu interesse vem primeiro de minha formação como pessoa, meus pais sempre me ensinaram a nunca fazer distinção entre as pessoas, fossem elas quem fossem. Tendo essa formação como base, desde os 15 anos viajo pelo mundo e nessas viagens percebi como somos iguais, mas diferentes, principalmente culturalmente, e que nossas diferenças físicas não nos fazem melhores ou piores do que ninguém. Sendo assim, busco a justiça e igualdade em minhas relações e em nossa sociedade.

A segunda questão se refere a um problema encontrado em minha prática educativa, que percebia que essa justiça e igualdade a qual sempre busquei só existia na letra da lei, em nossa Carta Magna, que por sinal é maravilhosamente escrita, mas que não reflete a realidade que a maioria dos brasileiros enfrenta. Então, é preciso colocar em prática primeiro a Constituição Brasileira e assim, as ações afirmativas que vem com ela, como a Lei 10.639.

A terceira questão se refere à exigência da Lei 10.639/2003. Não somente como cidadãos, mas principalmente como educadores devemos cumprir as leis estabelecidas, pois elas são fruto de lutas das quais é preciso algum tipo de superação.

4 OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Apresentar as referências normativas sobre a educação para a questão das relações étnico-raciais (Lei 10.639/03 e DCN's) com o intuito de implementá-las nas práticas educativas da Escola Integrada.

4.2. Objetivos específicos

Compreender o que é educação para as relações étnico-raciais e entender a importância de se implementar práticas nesse sentido.

Planejar ações educativas junto aos alunos do programa Escola Integrada, que contemplem as propostas das diretrizes apresentadas.

Incluir na prática cotidiana das oficinas ações voltada para a educação das relações étnico-raciais dentro da escola.

5 OS REFERENCIAIS DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Os principais referenciais desta ação pedagógica foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e autores que tratam desta questão, principalmente no Brasil. São referenciais também os autores que falam sobre a formação de professores para a educação das relações étnico raciais.

5.1. As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação de professores para educação das relações étnico-raciais

Diante da proposta elaborada no plano de ação buscamos embasar as dimensões políticas que estão explícitas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. São elas: Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas.

Também recorreremos a autores como (Canen, 1997, Munanga, 2004, Gomes 2004 e 2006) para compreender as implicações dessa proposta sobre a formação do professor.

5.1.1 Proposta de ação nas dimensões políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de Ações Afirmativas

Nessa proposta de política de Reparções visa-se que a sociedade combata o racismo e todo o tipo discriminação. Nesse sentido, essa proposta de plano de ação contempla justamente essa reparação, quando procura orientar aqueles que trabalham diretamente com as crianças, que é preciso conhecer a nova lei e suas diretrizes para que se possa, de fato, tomar caminhos na busca de superar o racismo, e nesse caso, o racismo que acontece dentro da escola e que muitas vezes é silenciado.

O silenciamento nem sempre acontece propositalmente, mas em muitos casos porque aqueles que lidam com esses embates não estão preparados para tomar uma atitude, não sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação, e na dúvida de como proceder, acabam por silenciar-se.

Nessa perspectiva, a ação pedagógica que propusemos buscava contemplar também uma política de reparação voltada para a educação dos negros, pois investindo na formação dos profissionais que trabalham com a educação de crianças negras, pode-se sensibilizá-los para uma consciência das condições produzidas pelo racismo levá-los a uma mudança de atitude nas interações escolares, de maneira a contribuir para que essas crianças tenham reais perspectivas de continuidade nos estudos e conclusão de cada um dos níveis de ensino, e ainda a chance de atuar como verdadeiros cidadãos que lutam na busca de seus direitos e que desempenham seus deveres com responsabilidade.

No campo político do Reconhecimento a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas foi um grandioso passo no sentido de iniciar o processo de mudança da realidade dos negros na sociedade brasileira.

Tornar a lei e suas diretrizes conhecida e reconhecida como um dever de todos os profissionais da educação, nesse caso, os profissionais de educação de nossa escola, é o que esse plano propôs, quando apresentou a

lei, suas diretrizes e colocou em pauta esse assunto tão importante e que precisa ser discutido no ambiente escolar.

Um dos objetivos desse trabalho foi o de desconstruir o mito da democracia racial, “mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.” (BRASIL, 2003)

Assim, essa ação pedagógica também constitui uma estratégia pedagógica para a importância da valorização da diversidade étnico-racial presente em nosso país, buscando superar a discriminação no ambiente escolar, a fim de eliminar os “estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.” (BRASIL, 2003).

Para que a superação da discriminação possa acontecer de fato, serão necessárias políticas de reparações que reconhecerão o valor da influência africana para a sociedade brasileira.

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (BRASIL, 2003)

Podemos por fim, considerar que essa ação pedagógica é também uma ação afirmativa, pois a partir dela formaremos profissionais de educação que tomem consciência de sua prática pedagógica, no sentido de reverter esse quadro e corrigir a imensa desvantagem sofrida pelos negros no ambiente escolar.

5.1.2 Aspectos da Educação para as relações étnico-raciais

Ao desenvolvermos uma proposta baseada nas diretrizes, implicou-nos ter como referência a reeducação das relações étnico-raciais. É importante que essa reeducação se dê, principalmente, nas relações entre brancos e negros que acontecem dentro das escolas. O aluno negro precisa se sentir valorizado e respeitado e vir sua cultura também valorizada e respeitada.

É preciso que todos percebam que não é mais possível, em pleno século XXI, em plena era tecnológica, que questões tão primitivas quanto esta ainda esteja forte no seio de nossa sociedade. A mudança precisa partir da tomada de consciência de cada cidadão brasileiro.

Infelizmente a sociedade de forma geral acredita que a mudança é responsabilidade apenas da escola, mas isso não é verdade. Todos devem se empenhar na construção de uma sociedade mais justa, e não apenas a escola, porém, a escola reconhece que seu papel, talvez seja um dos mais importantes, pois ela chama toda a sociedade a repensar as relações étnico-raciais.

Esse trabalho propôs ainda que os profissionais da educação possam repensar suas práticas, e planejar práticas que mudem a mentalidade das crianças brancas, fazendo-as entender que todas as pessoas possuem os mesmos direitos e deveres, independentemente de sua cor, religião ou orientação sexual.

Uma das propostas das diretrizes em questão fala sobre a desconstrução de alguns equívocos com relação à educação das relações étnico-raciais, e um desses equívocos diz respeito à preocupação de professores no sentido de designar ou não seus alunos negros como negros ou como pretos, sem ofensas.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena - a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana. (BRASIL, 2003)

Tudo isso passa pela construção da identidade negra no Brasil, marcada pela total desvalorização de suas raízes africanas.

5.1.3 Princípios que conduzem as ações para a educação das relações étnico-raciais

As ações para a construção voltadas para a educação das relações étnico-raciais foram regidas pelos seguintes princípios propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais:

- Consciência política e histórica da diversidade
- Fortalecimento de identidades e de direitos
- Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações

Abordamos os três princípios citados, na medida em que esses princípios foram o tema principal da oficina ministrada.

Com relação ao princípio da consciência política e histórica da diversidade, esse princípio conduz a tomada de consciência à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história; ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira.

O princípio da consciência política e histórica também se volta para a superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados, bem como para a desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos.

Este mesmo princípio busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de

informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas; ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade justa.

O princípio que discute o fortalecimento de identidades e de direitos orienta para: o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; o combate à privação e violação de direitos; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais.

O princípio que fala sobre as ações educativas de combate ao racismo e as discriminações encaminha para a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade; a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las; condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura.

As ações educativas de combate ao racismo e as discriminações se encaminha também para a educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo; o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes

grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais; participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.

Todos esses tópicos foram discutidos e juntos propusemos ações a fim de torná-los realidade.

5.1.4 Formação de professores para a educação das relações étnico-raciais

A outra questão que tratamos nessa ação é a formação dos professores para a educação das relações étnico-raciais no Brasil.

O artigo 1º da Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e deixa claramente explícito que essas serão observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores, ou seja, a formação inicial é priorizada de forma que se possa abordar essa questão desde o começo de sua formação e não tendo esse objetivo como meta final, mas como princípio básico da formação dos docentes.

Sabemos que essa é uma realidade que ainda está longe de se concretizar, já que dentro de muitas faculdades e universidades sabemos que não existe uma disciplina voltada para tratar especificamente dessa questão.

Nesse contexto, torna-se muito oportuno indagar em que medida o curso de magistério está proporcionando aos seus alunos a oportunidade de refletir sobre as diferenças étnico-raciais de modo geral e, de modo particular, no contexto da escola. Essa questão torna-se mais crucial, tendo em vista a concepção abstrata de aluno que os cursos de formação de professores tendem a transmitir aos futuros professores. Não se discute as condições concretas enfrentadas pelos diferentes grupos de alunos; parte-se do pressuposto de que a nossa sociedade é homogênea (Canen, 1997, p.478).

Já em se tratando da formação continuada dos docentes, sabemos que apenas promulgar uma Lei não garante que a mesma será aplicada. O Estado cumpre apenas parte de seu papel. É preciso que haja condições de implementar essa lei, dando condições aos estabelecimentos de ensino fazê-la acontecer.

Nessa perspectiva, é de extrema importância que haja uma formação continuada aos professores. Já há alguns anos observa-se, no cenário educacional, a tendência crescente de se oferecer cursos de formação contínua aos professores. Essa tendência pode ser observada no estabelecimento de diversos convênios entre secretarias municipais e estaduais de Educação e as universidades, públicas e privadas, com o propósito de realizar programas de formação de professores no formato de cursos (com duração variada), seminários, encontros, conferências e congêneres. Podemos citar como exemplo o próprio LASEB.

Além dos convênios, as próprias secretarias, por meio de seus órgãos centrais e intermediários, também têm assumido a tarefa de 'capacitar', 'reciclar', 'melhorar a competência' dos agentes escolares, sejam eles professores, diretores, coordenadores ou supervisores. Porém, muitas vezes a capacitação parte apenas da vontade dos professores, que podem escolher se querem ou não participar de tais formações. Sendo assim é importante que a formação continuada chegue a todos os profissionais da escola, mas é preciso entender que cada professor é um ser histórico-cultural e encontra-se em um momento determinado na vida. Cada um traz sua história de vida, sua bagagem pessoal que devem ser levadas em conta sempre que os órgãos formadores promovem os processos de formação continuada.

Há também uma questão a ser refletida e superada dentro da escola, que trata da valorização de determinada cultura. Segundo Grignon (1995) a escola tende espontaneamente ao monoculturalismo, através de uma transmissão socialmente desigual dos saberes pretensamente universais. Ela restringe a autonomia das culturas populares, ao mesmo tempo que perpetua a cultura dominante como cultura de referência, como cultura padrão. Para o

autor, o problema está em saber como contrariar esta tendência e trazer a escola para um mundo de realidade multicultural.

Conforme Canen (1997b, 479):

A educação e a formação de professores não pode mais ignorar esta realidade [multicultural]. Não se pode continuar em um modelo educacional que se omite face à diversidade sócio-cultural da sociedade e aos preconceitos e estereótipos a ela relacionados.

A adoção por parte dos professores de tal prática pedagógica possibilitaria a reflexão a respeito das diferenças sociais, econômicas e culturais, além da possibilidade do combate, através da reflexão crítica, contra as diversas formas de discriminação, tanto nos limites da sala de aula, quanto no cotidiano das pessoas envolvidas nesta ação.

A escola necessita ressignificar sua prática de acordo com as profundas mudanças pelas quais vem passando desde a democratização do ensino, daí a importância da formação de professores no mundo atual.

Sabemos que para que estas mudanças ocorram, precisamos de uma política educacional que dê o suporte necessário, caminhando junto com o reconhecimento da diversidade, através de uma prática reflexiva não só dos professores, bem como de toda a sociedade.

6 METODOLOGIA

O plano foi desenvolvido em quatro momentos.

No 1º momento foi dado um questionário para ser respondido pelos monitores e um outro questionário foi entregue aos docentes da escola para que se verificasse efetivamente de que sujeitos estávamos falando, buscando conhecê-los um pouco mais.

O 2º momento foi o momento da sensibilização dos monitores para entender a importância de se repensar as relações étnico-raciais em nosso país e principalmente dentro de nossa escola. Nesse momento foi ministrada a oficina “Educando para a diversidade”.

No 3º momento aconteceram as orientações individuais. A partir da oficina, cada monitor recebeu um Formulário de Planejamento das Ações, onde pensaram sobre ações e as colocaram no papel, e durante a orientação individual pudemos construir juntos como se daria a implementação dessas ações.

Já o 4º momento foi a implementação dessas ações dentro das oficinas de Acompanhamento Pedagógico, Educação Ambiental, Jogos e Recreação, Capoeira e Maculelê e Informática que acontecem na Escola Integrada.

7 O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Para que a Educação das relações étnico-raciais aconteça de fato, o primeiro passo é que se cumpram as determinações que as Diretrizes propõem. Em nosso desenvolvimento dessa prática pedagógica vislumbramos alcances concretos na conscientização dos profissionais da nossa escola a fim de reconhecer a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, entendendo a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros como algo primordial para a mudança.

Uma dessas determinações que queremos alcançar diz que sejam incentivadas atividades em que pessoas – estudantes, professores, servidores, integrantes da comunidade externa aos estabelecimentos de ensino – de diferentes culturas interatuem e se interpretem reciprocamente, respeitando os valores, visões de mundo, raciocínios e pensamentos de cada um.

Outra determinação que incluiremos no debate é a que trata das datas significativas para cada região e localidade na questão étnico racial. São elas:

- 13 de maio - Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo
- 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra
- 21 de março - Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Uma das determinações destaca o ensino de Cultura Afro-Brasileira mostrando o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras. Como temos agentes culturais moradores da

comunidade das crianças, local com diversas experiências culturais citadas nessa determinação, pensamos em ações que possam trazer essas celebrações para dentro da escola, buscando então essa produção artística (artes plásticas, literatura, música, dança, teatro), política, na atualidade.

Foi dada ênfase na determinação que diz que o ensino de História e de Cultura Africana e Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, destacando a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social. Foram citados Zumbi, Aleijadinho, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inacyra Falcão dos Santos, rainha Nzinga, Toussaint-L'Ouverture, Martin Luther King, dentre outros.

Nesse sentido, o plano de ação em nossa escola buscou contemplar esses aspectos e foram adotadas algumas práticas para a conscientização.

Demos início ao plano de ação com a realização dos questionários que foram então respondidos pelos monitores da escola Integrada e por dois professores.

Depois de respondidos os questionários, passamos ao momento da sensibilização dos monitores. Foi ministrada a oficina “Educando para a diversidade” no dia 26 de outubro. Dos 6 monitores apenas 1 não compareceu à oficina.

Dei início à oficina mostrando o documentário “Vista a minha Pele”, do diretor Joel Zito Araújo. O curta-metragem é uma paródia da realidade brasileira, e serviu como material para iniciar nossa discussão sobre racismo. Na história invertida, os negros são a classe dominante e os brancos foram escravizados. Ao final do filme iniciamos um debate. Nesse momento do debate um dos monitores chamou a atenção para refletir sobre sua própria consciência étnico-racial e disse que nunca se reconheceu como negro.

Após o debate sobre o filme fizemos a leitura da Lei 10.639 no programa PowerPoint, e posteriormente a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e

Cultura Afro-brasileira e Africana. Como o conteúdo das diretrizes é muito extenso, dividi em tópicos e fomos discutindo na medida em que líamos.

Ao final apresentei o vídeo da UNICEF: “Por uma infância sem racismo”. Todos ficaram muito sensibilizados e empolgados em trabalhar a questão étnico-racial nas oficinas.

Depois do momento da oficina, tive encontros individuais com cada monitor e as oficinas foram planejadas da seguinte forma:

Cada monitor, partindo das diretrizes e de seu interesse na temática desenvolveu um planejamento (anexo C) para ser trabalhado em suas oficinas na Escola Integrada de nossa escola.

O eixo central e elo de ligação desse Plano de Intervenção foi trabalhar a questão étnico-racial a partir da perspectiva de igualdade e respeito a todas as raças.

Na oficina de Informática o monitor trabalhou com diversos vídeos de conscientização, e a partir desses vídeos foram realizados debates com os alunos. Citarei alguns desses vídeos:

- Viva a diferença
- Trabalhando as diferenças
- Racismo e discriminação
- Que mundo é esse
- Por uma infância sem racismo (UNICEF)
- Onde você guarda seu racismo
- História e Cultura Afro-brasileira e Africana
- Festas de Afro-descendência

Na oficina de Acompanhamento Pedagógico da manhã foram lidos contos africanos. Esses contos lidos faz parte do acervo da biblioteca da escola e conta com mais de 40 exemplares.

Na oficina de Educação Ambiental, atendendo a orientação de dar ênfase na determinação que diz que o ensino de História e de Cultura Africana e Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, destacando a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social, foi trabalhado assim os Líderes

Africanos, afro-brasileiros ou de origem africana, como Nelson Mandela, Zumbi dos Palmares, etc.

Já na oficina de Capoeira e Maculelê, onde questão étnico-racial já é abordada, foi aprofundado a cultura afro-brasileira com a utilização de vídeos e livros sobre o tema e introduzido o Samba de Roda as oficinas.

Na oficina de Acompanhamento Pedagógico da tarde foi introduzido o ritmo KUDURO, um ritmo angolano de dança. A monitora ensaiou a dança com as meninas dos 5º e 6º anos e elas apresentaram a dança no dia da Feira da Cultura para toda a escola e nos dois turnos.

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

FASES	DATAS	
APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	17 a 21 de outubro	
OFICINA	26 de outubro	
ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL	MONITORES	DATAS
	Monitor Douglas (Oficina de Capoeira e Maculelê)	7 de novembro
	Monitor Rafael (Oficina de Educação Ambiental)	8 de novembro
	Monitora Vanessa (Oficina de Acompanhamento Pedagógico - manhã)	9 de novembro
	Monitora Tathiana (Oficina de Acompanhamento Pedagógico - tarde)	9 de novembro
	Monitor Jeferson Alexandre (Oficina de Jogos e Recreação)	10 de novembro
	Monitor Jeferson Araújo (Oficina de Informática)	11 de novembro
	Monitora Cirleia (Apoio)	11 de novembro
IMPLEMENTAÇÃO	Semana da Consciência Negra – 14 a 18 de novembro	

9 AVALIAÇÃO

a. Avaliação da Ação Educativa

De forma geral a Ação Educativa se deu com bastante êxito dentro do programa Escola Integrada na nossa escola, mas senti que não foi completo, pois não houve a participação dos docentes. Foi um projeto de ação isolado dentro do programa Escola Integrada, da qual atuo coordenando e por isso houve possibilidade real de implementação. Sabendo disso, entendo que não foi a ação ideal, mas sim, a ação real, pois foi o que tivemos possibilidade de fazer naquele momento.

A avaliação se deu também de forma processual e contínua. Foi observado o desempenho, interesse, responsabilidade e postura de cada monitor participante e dos alunos no decorrer das atividades propostas.

b. Avaliação das ações durante as oficinas

A avaliação foi realizada valorizando os aspectos qualitativos referente à participação e interesse dos monitores em cada oficina realizada.

Na oficina de Informática o monitor achou que trabalhar com os diversos vídeos de conscientização foi uma forma de chamar atenção para a questão étnico racial de uma forma mais lúdica e mais didática, principalmente para as crianças menores, que puderam refletir sobre o tema e também dialogar com o monitor sem necessidade de um aprofundamento maior na questão.

Na oficina de Acompanhamento Pedagógica a monitora relatou que notou a identificação direta dos alunos com as crianças negras dos contos e que a cada conto narrado as crianças demonstravam mais interesse sobre a literatura africana.

Na oficina de Educação Ambiental o monitor disse que as crianças, a partir da apresentação dele sobre alguns líderes negros, conseguiram, juntamente com ele, identificar líderes negros dentro de sua própria comunidade, o que cria uma identificação positiva direta em suas relações sociais e em seus modelos de liderança.

Na oficina de Capoeira e Maculelê, onde foi introduzido o Samba de Roda o monitor relatou que algumas crianças já conheciam o Samba de Roda de sua própria vivência em suas comunidades, e que as crianças que nunca havia dançando o Samba de Roda se interessaram e continuaram pedindo para fazer parte da oficina.

Na oficina de Acompanhamento Pedagógico da tarde foi apresentada a dança do ritmo KUDURO no dia da Feira da Cultura para toda a escola e nos dois turnos. A apresentação foi um sucesso total e a música não parou de tocar o resto da manhã e da tarde. Antes de apresentar a dança falei sobre o projeto que dói realizado na escola durante aqueles dois meses e assim os pais e toda a escola tiveram conhecimento do que se tratava aquela dança.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios da educação contemporânea é a superação das desigualdades educacionais, notadamente as voltadas aos povos indígenas e aos afro-descendentes brasileiros, bem como à população de baixa renda.

Com esse plano de ação acontecendo dentro da escola demos o primeiro passo rumo a superação dessas desigualdades. A prática pedagógica precisa de concebida não mais para grupos homogêneos, porque não é isso que presenciamos na escola, mas precisa ser voltada para todos esses grupos que fazem parte do contexto educacional e social brasileiro.

É importante se conscientizar de que para haver realmente uma sociedade democrática é preciso reconhecer e valorizar todas as culturas que fazem parte dessa sociedade, superando assim o ensino do padrão cultural imposto como sendo o ideal, perfeito e que deve ser seguido por todos, garantindo, dessa forma, a manutenção de seu poder.

É importante também entender que não existe o aluno ideal, mas o aluno real, e é com ele e para ele que estamos trabalhando.

Nesse sentido, formar professores para a educação da diversidade é imprescindível para que os impasses e desafios sejam superados.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. *Parecer CNE/CP 003/04*. Brasília: MEC/CNE, 2003

ARAÚJO, Joel Zito. *Vista a minha pele*. Filme DVD. Documentário. 23 minutos.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Ministério da Educação. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2004.

CANEN, Ana. Formação de professores: diálogo das diferenças. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 477-94, out.-nov. 1997.

CANEN, Ana. Formação de Professores e Diversidade Cultural. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Magistério: Construção Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997 a. pp. 205-236.

GRIGNON, Claude. Cultura Dominante, Cultura Escolar e Multiculturalismo Popular. In: SILVA, T. T. (org.). *Alienígenas na sala de Aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 178-189.

MEC/SECAD. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo A Mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. _____.(org). *Estratégias e Políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.

_____. (org). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: MEC- SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para atender).

PINTO, REGINA PAHIM. Pesquisa de Relações Étnico-Raciais e Formação de Professores. *Arquivos do SciELO - Scientific Electronic Library Online*, on-line, Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a09n108.pdf>. Acesso em 2 out 2011.

SOUZA, DENISE TRENTO REBELLO DE. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 3, dez. 2006 . *Arquivos do SciELO - Scientific Electronic Library Online*, on-line.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 de março de 2012.

PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA. Pesquisa na intranet do Programa Escola Integrada. Disponível: <https://sites.google.com/a/pbh.gov.br/escola-integrada/o-programa>. Acesso em 1out 2011.

MORRO DO PAPAGAIO.

http://www.morrodopapagaio.org.br/morro_paginas/morro_do_papagaio.html

Acesso em 1/10/2011

UNICEF: Por uma infância sem racismo. Vídeo. 2010.

ANEXOS

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C